

## *Patrimônio urbano entre fronteiras*

Cristina Meneguello\*

Entrevista concedida a  
Carolino Marcelo de Sousa Brito e Renato Marinho Brandão Santos.

**Espacialidades – Gostaríamos que começasse nos contando sobre sua trajetória acadêmica, e como surgiu o interesse por trabalhos na área de historiografia da história urbana e de patrimônio urbano.**

**Cristina Meneguello** – Eu não saberia como definir minha trajetória acadêmica, mas acho que “inquietação” é uma boa palavra. Dediquei-me a temas diferentes de pesquisa e embora saiba reconhecer o valor das especialidades, sempre tive receio de virar uma pessoa de um tema único. Por isso no mestrado estudei os meios de comunicação de massa no Brasil das décadas de 1940 e 1950, em especial a influência do cinema hollywoodiano, que virou o livro *Poeira de Estrelas*; por isso me dedico a estudar a questão da imagem e da cultura visual, sempre coordenando simpósios sobre isso desde a ANPUH de 2003; recentemente, comecei a estudar o tema da divulgação científica e da museografia, que acho fascinantes; e, na graduação em história da Unicamp, procuro sempre oferecer disciplinas em temas variados. Acho que tenho receio de estagnar em um assunto. Independente disso, o tema do patrimônio urbano tem me acompanhado há bastante tempo, e talvez eu já arrisque dizer que é uma especialidade.

---

\* Doutora em história, pela Unicamp. Atua como professora pela mesma universidade desde 1998, com ênfase nas áreas de Cultura Visual, Divulgação Científica e o Ensino de História, e Patrimônio Histórico e preservação. Entre as suas principais obras, estão: *Da Ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana* (livro originado de sua tese) (2008), e *Poeira de Estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50* (1996).

Eu não saberia precisar quando começou exatamente o interesse pelos temas do urbanismo e da arquitetura, porque a área de estudos urbanos sempre foi tradicionalmente uma área forte na Unicamp, onde me formei; em especial na pós graduação, na linha de pesquisa que então se chamava Cultura e Cidades, tínhamos sempre leituras que mostravam a experiência da metrópole contemporânea como fundamental para entender os séculos XIX e XX. Mas o tema do patrimônio, eu sei precisar exatamente: foi em minha experiência de doutorado sanduíche na Universidade de Manchester, Reino Unido, nos anos de 1994 e 1995. A pesquisa e a discussão teórica sobre a preservação do passado lá eram um tema de pesquisa tradicional e muito mais difundido do que no Brasil; *The Past is a Foreign Country* de David Lowenthal, que nunca foi traduzido no Brasil com exceção de um capítulo numa revista da PUC-São Paulo havia sido lançado há pouco tempo, assim como na França o *Alegoria do Passado* de Choay. Na universidade, fiz um curso de 12 meses de duração sobre patrimônio e arquitetura industrial e, lidando com a documentação que embasou meu doutorado, sobre o nascimento das sociedades de preservação do patrimônio na Inglaterra, ainda no século XIX, tive o meu interesse definitivamente despertado para o tema do patrimônio. A forma como o passado e sua reinterpretação surge como tema para as sociedades industriais é um dos temas mais intrigantes da história contemporânea.

**E. – A senhora participa de uma linha de pesquisa voltada para estudos da história urbana no consolidado e reconhecido programa de pós-graduação de História da Unicamp. Nessa perspectiva, como enxerga o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o campo da História urbana nos programas de pós-graduação em História das universidades brasileiras, em um momento de expansão desses programas? O interesse por esse campo tem gerado linhas de pesquisa em outros programas?**

**C. M. –** De fato, o nosso programa de pós tem esta característica pioneira, que está ligado aos trabalhos também pioneiros do falecido Alcir Lenharo, que estudou a dimensão das sociabilidades urbanas no século XX associadas à música, ao cinema e ao rádio; e ao trabalho de Maria Stella Bresciani, que escreveu sobre estes temas de fronteira com a arquitetura e o urbanismo há quase 30 anos, num momento em que o tema ainda não estava consolidado como área de pesquisa. Basta ver, por exemplo, o dossiê Cidades da Revista Brasileira de

História de 1985, para ali encontrar a reflexão já amadurecida dela, sobre o campo urbano como tema para o historiador.

De lá para cá, o tema ganhou espaço em vários outros programas de pós-graduação e muitas outras linhas de pesquisa dedicadas ao tema da Cidade foram abertas. Hoje há várias pós-graduações que realizam estas reflexões de forma pertinente e completa.

Vejo porém uma distinção entre trabalhos que efetivamente são sobre temas urbanos e trabalhos que têm a cidade apenas como um contexto ou um cenário, e que se prendem a conceitos como “modernidade” e “urbanização” de forma vaga, procurando reencontrar estes temas em qualquer localidade. Mas os estudos urbanos são uma investigação consistente e, do modo como vejo, deslocam-se hoje de forma consistente para a questão das transformações urbanas recentes e sua ligação com a reinterpretação do passado.

**E. – Juntamente com os historiadores, os arquitetos vêm desenvolvendo muitas pesquisas sobre história urbana nas últimas décadas nas universidades brasileiras. Do seu ponto de vista, coexiste hoje no Brasil uma interdisciplinaridade entre essas duas áreas? Em caso positivo, qual a maior contribuição para a história urbana desse processo?**

**C. M.** – Acho que o tema da história urbana pode ser estudado como um tema de fronteira, não apenas entre história e arquitetura, mas entre história, arquitetura, antropologia urbana, sociologia urbana, urbanismo e história da arte. Acredito que alguns grupos conseguem trabalhar deste modo; na minha opinião, é como se desenvolve o Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas da Universidade de Coimbra, em Portugal, junto ao qual tive a oportunidade de passar alguns meses em 2008. Mas na maioria dos casos nem sempre esta fronteira é de diálogo; os historiadores se apropriam dos temas caros à arquitetura e urbanismo de uma forma muito superficial, desfilando em seus textos nomes de estilos ou descrições muito técnicas. Por sua vez, muitas vezes o uso que a arquitetura faz da história é simplesmente instrumental, do tipo “dê-me um contexto, diga-me quem era o presidente e como estava a economia que eu incluo o restante”.

Contudo, quando a interdisciplinariedade é real e produtiva, nascem os melhores trabalhos em história urbana. Na Unicamp é muito comum termos estudantes na pós-

graduação que têm formação como arquitetos; quando eles se habituam aos procedimentos e métodos de pesquisa dos historiadores, o resultados de suas pesquisas costumam ser extremamente bons.

**E. – No Brasil, assim como ocorreu na França, como nos descreve Françoise Choay (*A alegoria do patrimônio*, 2001), o patrimônio se constituiu como um fenômeno urbano. No entanto, na fundação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1936, a população brasileira era predominantemente rural. Partindo dessa premissa, é possível entender que a consolidação de uma política patrimonial na primeira metade do século passado contribuiu de alguma maneira com o discurso da urbanização como viabilidade de desenvolvimento do Brasil?**

**C. M.** – Deixe-me dividir a pergunta em duas partes. Primeiro, vamos falar da obra de Choay, que sem dúvida é uma obra seminal, mas que diz respeito exclusivamente ao caso francês. A avaliação que ela faz permite uma compreensão muito parcial do que foi a criação da idéia de patrimônio no caso inglês, e seguramente não serve para entender a Itália, ou Portugal. Comento isso para dizer que fazemos uma passagem muito rápida e descuidada da discussão que Choay propõe no *Alegoria do Patrimônio* ao tentar trazê-lo para a discussão do patrimônio no Brasil – ou em qualquer outra parte. Não que o História do Patrimônio no Ocidente, de Dominique Poulot, não padeça do mesmo mal; mas o livro de Choay é marcadamente uma “Alegoria do Patrimônio na França”. Dito isso, temos que entender a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), associado ao Ministério da Educação e na busca de uma tradição exemplar, nacional e genuína – este sim um caminho que boa parte dos órgãos nacionais de patrimônio seguiram, entre os séculos XIX e XX. Entre nós, implicava em encontrar um estilo genuíno, nacional, que passava pelo estabelecimento das cidades mineiras, estagnadas economicamente e como que paralisadas no tempo; tanto que o conjunto arquitetônico e paisagístico de São João del Rey é o primeiro bem tombado no livro de Belas-Artes do SPHAN, em 1938; seguido por um sem número de igrejas coloniais e outros bens notadamente edificadas.

**E. – Os historiadores, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (*O Patrimônio em processo*, 1997), só ingressaram no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na década de 1970. Até então, os arquitetos eram os grandes responsáveis pelos estudos e tombamento do patrimônio no referido instituto. Para a senhora, o ingresso de profissionais da área de história nessa instituição, ocorrido no referido período, gerou transformações significativas no que concerne à forma como o patrimônio urbano no Brasil é visto e estudado por ela?**

**C. M. –** Os historiadores ainda são minoria dentro dos órgãos de preservação do patrimônio, sejam municipais, estaduais ou federais; e sua função continua sendo primordialmente a de narrar a cronologia do bem em estudo do tombamento. Não estou com isso dizendo que não existam excelentes historiadores trabalhando nestas instituições – existem! - mesmo que não existam concursos específicos para historiadores nelas – afinal a nossa profissão nem regulamentada é, ainda. O paulatino ingresso de historiadores e de antropólogos permite que se amplie a compreensão da importância de variados bens, inclusive os de natureza imaterial ou intangível. Mas nos tombamentos (ou mais comumente nos não tombamentos) os argumentos arquitetônicos ainda se impõem. A frase pronta de “o bem não possui valor arquitetônico relevante”, que lemos um sem número de vezes nos estudos de tombamento, ou que é muitas vezes atribuída aos bens de patrimônio industrial, nos indica isso. Os imperativos históricos ou de significado real para as comunidades ainda não são de caráter universalmente reconhecido como são os argumentos arquitetônicos ou o fetiche pela obra de alguns arquitetos, em detrimento da arquitetura anônima dos contramestres que povoa as nossas cidades.

**E. – Em seu texto (*O passado nas cidades do futuro*, 2002) a senhora aborda o patrimônio nas grandes metrópoles, apontando que “dificilmente a idéia de patrimônio urbano pode ser associada a grandes cidades”. Por outro lado, acompanhamos nas últimas décadas no Brasil importantes debates em torno da memória. Em grandes cidades brasileiras como São Paulo, por exemplo, convivem simultaneamente diferentes culturas, temporalidades e espacialidades. Para a senhora, como a disputa pela memória reflete no patrimônio urbano dessas metrópoles?**

**C. M.** – Vocês têm razão em comentar que a memória está cada vez mais em foco e cada vez mais disputada, em todos os temas que acompanham a cidade, incluindo a valorização da terra urbana e as definições de identidade. Em uma cidade como São Paulo, com diferentes camadas de tempo e de usos, este debate tende a ser ainda mais acirrado, em especial quando ocorrem mega-projetos de valorização de alguns espaços, como hoje ocorre na região da Luz. O que ocorre é que a disputa pela memória (e por qual memória se quer ressaltar em detrimento de outras) obedece aos mesmos imperativos que determinam os usos dos espaços nas grandes cidades. De um lado, existe necessidade de renovação, existe um desejo natural pelo que é novo, e isso exige que se faça escolhas e que se descarte partes do antigo. Mas por outro lado, existem as forças até agora incontroláveis da especulação imobiliária, que dita os usos dos espaços e promove uma verdadeira destruição de partes da cidade que não possuem uma memória considerada nobre – é mais fácil botar fábricas e vilas operárias abaixo do que a mansão que pertenceu a algum ilustre político do passado. Assim, as mesmas forças que estão em disputa na sociedade e que buscam ditar se o espaço privado vai imperar e esvaziar o sentido do espaço público impedem que se conheça a fundo o passado urbano e que se dimensione o que é importante valorizar e preservar para que as futuras gerações possam ter uma compreensão completa – e não fragmentada – do que significam as cidades. Deste modo, ainda há sentido no que eu comentei neste texto meu que vocês citam. Mas hoje poderíamos ir mais além: a partir do momento em que passarmos a considerar a necessidade de preservar o passado porque o consideramos vivo e importante no presente, e a partir do momento que isso implicar em preservar áreas nas quais se dão práticas tradicionais ou rituais – que é o que define o patrimônio imaterial – o embate entre uma cidade atomizada em ilhas de consumo e uma cidade plena de sentidos, mesmo que contraditórios, só vai se acirrar, cada vez mais.